

ARTIGOS

REGULAÇÃO ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UMA SOCIEDADE PARA ALÉM DO CAPITAL¹

ECONOMIC REGULATION AND SOCIAL CHANGE: DISCUSSION ABOUT THE POSSIBILITIES OF A SOCIETY BEYOND CAPITAL

Carlos SCHMIDT²

RESUMO: Num nível de abstração menor que as leis gerais da economia, existe um conjunto de instituições construídas historicamente que regulam a economia, assim como interferem nas relações sociais. Este trabalho busca estabelecer estas correspondências tanto nas sociedades capitalistas como nas pós-capitalistas, bem como explora as contradições destas que criam virtualidades transformadoras.

INTRODUÇÃO

Este ensaio busca mobilizar elementos de diversos textos que tratam da possibilidade de uma transformação social e econômica, em que a satisfação das necessidades humanas não seja regulada pelo mercado e as decisões sobre a vida social e econômica sejam fruto de um processo radical de democratização, no qual o protagonismo popular seja o essencial.

Neste contexto, o mercado poderá ter algum espaço na distribuição e na informação das decisões alocativas. No entanto, as decisões sobre o conjunto dos bens considerados essenciais para a coletividade, ou seja, aqueles que estão na esfera dos direitos, deverão ser objetos de decisão democrática na perspectiva antes referida. Assim, as relações de produção e de propriedade subjacentes a uma sociedade com esta forma de democracia direta, necessariamente serão bem diferentes da forma atual.

Os exemplos de transformação que a história nos legou não são muito animadores, entretanto, um traço importante, comum a todos, que constitui uma pista para diagnosticar o fracasso, foi a falta de democracia. Portanto, pensar na mudança é pesquisar aqueles elementos teóricos e empíricos, alguns bastante embrionários, e outros baseados em experiências do passado, que possam fornecer as bases para se pensar um caminho de mudança.

¹ Este artigo contou com a colaboração do acadêmico de economia Martin Zamora da mesma universidade. Este artigo é em parte resultado das discussões ocorridas ao longo das diversas edições do curso Regulação Econômica e Mudança Social que o autor ministra no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico na UFRGS. Neste sentido, agradeço aos alunos por muitas boas idéias.

² Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cschmidt@ufrgs.br

Certamente em primeiro lugar, estão as contradições da sociedade atual que criam a possibilidade de mudança, esta, aliás, pode ser regressiva. No passado já vimos as crises conduzindo a barbárie, cujo exemplo notório é o nazifacismo. Em período mais recente, tivemos, a partir dos anos de 1970, o desmonte do estado de bem estar com o advento do neoliberalismo.

Em segundo lugar, cabe a discussão sobre a natureza humana. Esta tem a possibilidade de sustentar mudanças no sentido de uma sociedade baseada na cooperação, na solidariedade e na democracia radical? A economia standard diz que não. Seu tipo ideal, o homem econômico, é movido, exclusivamente, pelos seus interesses individuais e age no sentido de maximizá-los.

Finalmente, cabe discutir as experiências do passado, de uma forma geral, mas também considerando as suas variantes. Desta forma compete uma advertência: não pretendemos estabelecer aqui um modelo de sociedade socialista e de transição da sociedade atual para o referido modelo. Seria muita pretensão, além de cientificamente incorreto. Apenas nos contentamos com algumas pistas sustentadas por pesquisas acadêmicas, elementos empíricos e especulações lógicas, assim como, procurar formular novas questões.

1 O CAPITALISMO EM CRISE TERMINAL?

Há muito tempo os profetas da catástrofe, ou da alvorada radiosa, que seria a outra face da moeda, vêm anunciando a boa nova: o capitalismo está no fim. Contudo, tragédia alemã após a crise de 1930, por um lado, e a emergência do capitalismo regulado no pós-guerra, por outro, desautorizam euforias precipitadas. Marx dizia que são os homens que fazem a história, mas não em condições por eles escolhidas. Por certo, das contradições do capitalismo pode surgir a revolução. Além disso, as revoluções não são jamais pontuais, como dizia Bensaid (2009).

Os estudos da escola da regulação mostram como funcionavam e se articulavam as instituições do capitalismo regulado do pós-guerra nos países industrializados, a partir da história das contradições do sistema (BOYER, 1986; LIPIETZ, 1988). Da mesma forma é possível observar que o círculo virtuoso que se constituiu no modo de regulação do pós-guerra engendrou em alguns países uma sociedade de consumo de massas e um Estado de Bem Estar, o que, conseqüentemente, produziu as contradições que levaram à regressão neoliberal, que por sua vez causou a crise atual.

Sobre a crise atual, a versão difundida pela mídia e que encontra suporte nos economistas ortodoxos e muitos heterodoxos, é que a crise tem causas tópicas como perda de confiança, excesso de alavancagem, excessiva desregulamentação da economia (heterodoxos), ou uma salada de todos esses ingredientes e mais outros, que não é nosso objetivo desenvolver.

Marx já observava que os economistas vulgares (assim chamava os economistas apologetas do capitalismo) analisavam a superfície dos fenômenos, sem chegar a sua essência. Na realidade a contra revolução neoliberal, modificou profundamente a correlação de forças entre as classes sociais e como consequência aumentou a extração de sobretrabalho. Isto se traduziu pelo fato que “[...] entre 1980 e 2006, a parte dos salários no valor agregado diminuiu de 67% a 57% para os quinze países mais ricos do OCDE.” (BENSAID, 2009, p. 150). Com o sobretrabalho aumentando e o rendimento do assalariado/consumidor diminuindo relativamente, se restringem a possibilidade de valorização do capital na esfera produtiva.

Os capitais, em função do exposto, buscam a valorização financeira, na qual sua circulação está grandemente facilitada pela desregulamentação deste mercado. Assim se desenvolve o capital fictício que, periodicamente, está sujeito a ajustes através de crises de menor ou maior intensidade.

Os fatores que são apontados pelos economistas mais ou menos vulgares (nos sentido marxiano), como a causa das crises, são apenas desencadeadores dos movimentos miméticos dos investidores, que como uma manada liquidam suas posições, causando retração de crédito e ações de reestruturação das empresas, atingindo assim, a esfera produtiva.

É óbvio que a exuberância delirante dos mercados na criação de derivativos, fabricando pacotes que envolvem todo tipo de papel mais ou menos tóxico, com o beneplácito das agências de avaliação de risco, só potencializam o estouro das bolhas especulativas.

Husson (1996) demonstra que cada vez mais a demanda social se dirige para produtos e serviços de consumo coletivo, que tem baixos incrementos de produtividade, o que apresenta problemas suplementares para valorização do capital, apesar do esforço de mercantilização destes setores.

O desgaste das alternativas ao capitalismo se aprofundou com o fracasso do socialismo real e abriu espaço para o pensamento único. No entanto, as recorrentes crises do capitalismo não o credenciam como resposta aos problemas da humanidade, ainda mais quando vem acompanhado de uma crise ambiental que ameaça a existência da própria humanidade.

As respostas paliativas para a questão ambiental são frutos da natureza do sistema, o que não poderia ser diferente, pois a concorrência sempre beneficiará os que menos resguardo tem com o ambiente, assim como o dumping social beneficia os países que têm a legislação de proteção ao trabalho mais regressiva. Não é por acaso que os países dos blocos econômicos (União Européia, Nafta e Mercosul) não homogeneizam a legislação trabalhista.

Contribuindo de forma decisiva para os impasses do sistema capitalista está o esgotamento de uma série de insumos industriais, agrícolas e a energia fóssil, para os quais ainda não se encontrou substitutos à altura das exigências do sistema e da sociedade de consumo, que este engendrou.

Este conjunto de crises e impasses, já está desenvolvendo no presente os preconceitos e reflexos xenófobos, provocando o fechamento das comunidades e a defesa de interesses excludentes, com desdobramentos de comportamentos agressivos, que de forma velada, reproduzem práticas de ocupação de espaços vitais, no passado, explicitados pelos nazistas. Basta ver o comportamento dos americanos no Iraque e dos israelenses na Palestina.

Do ponto de vista econômico existe ainda a bomba de efeito retardado que é o crescimento da dívida pública na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, que já vinha numa trajetória de crescimento e deu um salto nas operações de salvamento das instituições financeiras insolventes na crise.

Mészáros, se referindo a uma discussão televisionada pela BBC entre economistas e banqueiros após a segunda feira negra de 21 de outubro de 1987, conta que um dos debatedores alegava que a causa do desastre era a dívida americana. Mesmo assim, um dos banqueiros mais cínicos da City, acertou na mosca ao retrucar que a única coisa mais desastrosa do que não tentar uma solução para a dívida norte americana seria tentar resolvê-la (MÉSZÁROS, 2009, p. 44). Mészáros (2009, p. 46) acrescenta em seguida que “[...] para tudo há um limite até para o esbanjamento dos Estados Unidos, [...] não se passarão muitas décadas para que se torne inevitável tomar medidas concretas contra estes problemas insolúveis.”

Mészáros (2009) foi prudente em falar em décadas, na medida em que, apesar do crescimento da dívida americana, o tesouro foi capaz de se endividar mais ainda para mobilizar, na crise recente, trilhões de dólares nas operações de salvamento.

A cumplicidade dos financiadores da dívida americana, em particular os asiáticos, se deve ao fato que o custo da insolvência americana para eles seria a perda de trilhões de dólares já engajados nos papéis da dívida americana. Mas como disse Mészáros, existe um limite, quando? Não se sabe. O que seria catastrófico seria a conjugação deste limite com os demais elementos da crise que antes discutimos. Sobretudo a que custo social se fariam os ajustes?

Michel Husson (2011) faz uma relação dos principais dilemas do capitalismo no momento atual. O primeiro seria a disjuntiva entre o restabelecimento da rentabilidade e o emprego. A crise provocou a redução da tendência da alta taxa de lucro, fruto da degradação da produtividade, por sua vez provocada pelo recuo da produção sem o ajuste na mesma medida dos efetivos. Assim, estes ajustes para o restabelecimento da produtividade terão que ser feitos e terão efeitos cumulativos.

Já o segundo seria a resolução dos desequilíbrios ou crescimento mundial. O sobreconsumo americano do período anterior que ajudou a puxar o crescimento não vai se reproduzir até em função dos ajustes necessários na perspectiva do capital. As autoridades americanas apontam para um esforço de exportação que envolverá a desvalorização do dólar, o que afetaria o crescimento mundial.

E o último dilema estaria relacionado com resoluções dos déficits ou despesas sociais. O esforço de salvamento do sistema financeiro ampliou brutaemente o déficit dos países industrializados. Os governos têm se empenhado no corte dos gastos públicos, sobretudo, os gastos sociais, para enfrentar o aumento dos déficits. (HUSSON, 2011).

Neste contexto, o ovo da serpente que representa a barbárie se desenvolve. Já se manifesta na agressividade cotidiana, nas medidas repressivas dos Estados contra as populações pobres, até certo ponto banalizados, ou na violência entre países e grupos étnicos. A tensão social chegando ao limite, sobrecarregada por crises econômicas e ambientais pode provocar uma ruptura completa da coesão social. Ruptura que não necessariamente será revolucionária, mas geradora de ditaduras ferozes ou de violência anárquica. Assim, a pergunta colocada no início desta seção sobre a crise terminal do capitalismo pode ser respondida pelas especulações anteriores.

Uma das alternativas parece ser a emergência de um capitalismo selvagem que combina autoritarismo, violência e formas regressivas de relações de trabalho. Vimos que o nazismo, embora mantivesse a essência das relações de produção capitalistas, combinava-as com trabalho escravo ou semi-escravo. Um tipo de sociedade a duas velocidades pode ser instituído como foi, e de certa forma continua na África do Sul da apartheid, assim como em Israel e Palestina. Enfim, todas as combinações são possíveis, inclusive na ocupação de territórios por Estados hegemônicos que usam as diferenças religiosas para dominar, como os xiitas e sunitas no Iraque, ou étnicas, como os croatas e demais iugoslavos na dominação nazista no passado.

E as alternativas opostas a estes cenários possíveis, já existem?

Sem querer dar lições, algumas questões nos parecem importantes. Em primeiro lugar, as tendências descritas da economia e sociedade parecem muito pesadas para serem inflectidas por medidas tópicas. Isto não significa que não sejam buscados pontos de resistência e reformas parciais que signifiquem a manutenção ou ampliação dos espaços de afirmação dos direitos e/ou de outra lógica oposta ao capital de tratar as questões sociais.

No entanto, estas lutas parciais não podem se esgotar nelas mesmas, embora possam fazer a diferença no cotidiano das pessoas. É necessário perceber que estas conquistas serão efêmeras, pois a lógica do sistema lhes é oposta e tende a sua anulação.

Vejamos o caso do Estado de Bem Estar Social do pós-guerra nos países desenvolvidos. No período posterior, o neoliberalismo vem, paulatinamente, desconstruindo as instituições que dão suporte ao bem estar social, com grau maior ou menor de eficácia a depender da correlação de forças nos espaços nacionais. A social democracia, ao colocar as reformas como objetivo último, sem vislumbrar a alteração das relações de produção, confrontada com a crise do sistema, o qual ela não questiona os fundamentos, acaba por absorver os processos regressivos em nome do realismo econômico. Assim, as reformas que no passado tiveram

a social democracia como um dos protagonistas, se tornam na sua visão, empecilho para a resolução dos problemas da economia.

A fortiori, num quadro como o atual, as reformas parciais têm que estar inseridas numa perspectiva radical de mudança do sistema como um todo e de forma explícita. De um lado, porque os setores populares não podem alimentar a ilusão de que é possível manter conquistas num entorno adverso e, de outro, porque a dinâmica é tal que um espaço conquistado para ser mantido exige novas conquistas e assim, sucessivamente.

O que queremos dizer é que os adversários da mudança também têm consciência desta dinâmica, e assim farão tudo para anular as conquistas. Desta forma, está-se condenado a avançar, e aí é necessário saber em que direção. Esta direção, tendo em vista outra relação de produção, de uma sociedade democrática, no sentido do poder econômico e político, exige protagonismo popular e poder de decisão nos planos micro e macro.

Neste momento coloca-se a questão: a natureza humana comporta outro tipo de lógica que não seja a do interesse individual? É o que discutiremos na secção seguinte.

2 A AÇÃO HUMANA É UNICAMENTE MOTIVADA PELO INTERESSE INDIVIDUAL?

O sistema capitalista ao se tornar hegemônico reificou o mercado e, para o senso comum, é continuamente realimentado pelos aparatos ideológicos do sistema, em particular a mídia, não vislumbrando outro tipo de relação que não seja pautada pelo interesse, a ponto de identificá-lo com a natureza humana. E os intelectuais do sistema, em particular os economistas vulgares, deram estatuto acadêmico para essa visão, por ingenuidade ou interesse.

Um grande grupo de intelectuais reunidos em torno da revista MAUSS, que em francês é a sigla do movimento de ação anti-utilitária em ciências sociais, desenvolve uma tese diferente sobre o comportamento humano. Em resumo, a tese central do grupo: em primeiro lugar, a razão utilitária é apenas uma das motivações da ação humana, que coexiste com outras lógicas, como a dádiva e a reciprocidade, nas quais na transferência da posse de um objeto ou na prestação de um serviço, o central não é o objeto ou serviço, como o é na troca mercantil, mas a relação entre as pessoas (CAILLÉ, 2009).

Marx, também, ao falar do fetichismo da mercadoria, diz que a aparente relação entre coisas é na troca, uma relação entre pessoas, entre os seus trabalhos. O distanciamento acontece pela alienação. Assim, em estudos apoiados na etnologia, etologia, neurociências e outros, se percebem que a empatia existente entre seres humanos intervém na relação entre eles, podendo gerar comportamentos cooperativos e desinteressados (no sentido do estrito interesse individual que está na base do homem econômico da economia neoclássica).

Embora os estudos sobre o tema, em particular os de Mauss, tenham por base as sociedades arcaicas, modernamente, segundo Caillé (2003, p. 5),

[...] a dádiva, ao contrário, sob uma forma modificada e relativizada, continua de fato fortemente presente em setores inteiros da existência social moderna, de forma que esta não é compreendida, enquanto não se perceber que, ainda hoje, os sujeitos sociais não entram em relação unicamente através da circulação mercantil de bens e serviços, ou por intermédio do que Karl Polanyi chama de redistribuição, mas que eles também são ligados pela circulação de dádivas.

Na opinião de Caillé (2003) abre-se espaço para constituição de um verdadeiro paradigma sociológico e antropológico.

Esta perspectiva é crítica, em certos aspectos, do marxismo, como por exemplo, a análise que alguns marxistas fazem da gênese do mercado, como se, seu desenvolvimento dependesse, basicamente, da superação dos entraves representados pelas instituições feudais, na medida em que o ser humano tinha vocação natural para esta forma de relação econômica. Estudos mostram que os mercados foram instituídos e moldados por ações extra-econômicas (WOOD, 2001; POLANYI, 2000). Por outro lado, as motivações que se manifestam na luta de classes, se restringem, segundo Caillé (2009), à coletivização da lógica do utilitarismo.

Castro (2009), ao analisar as convergências entre Boltansky e Caillé, percebe a ruptura do primeiro com a teoria do habitus de Bourdieu, ao postular que as pessoas com sua capacidade cognitiva, classificam e julgam sem apriorismos, negociando classificações e julgamentos de acordo com cada situação. Inclusive vê a inflexão do discurso empresarial como resultado da crítica, principalmente a partir de 1968, da hierarquia, da burocracia e do taylorismo. Estes

[...] anseios por autonomia, libertação e autenticidade, que a ideologia capitalista foi capaz de responder através do questionamento de formas até então dominantes de controle hierárquico e de uma transformação na gestão da organização do trabalho. (CASTRO, 2009, p. 29).

E resultou numa nova linguagem que valoriza a autonomia, a polivalência, a mobilidade e a criatividade. Assim, este novo projeto exige que o trabalhador se doe completamente.

Esta mobilização dá lógica da dádiva implicaria na reciprocidade da empresa, que no toyotismo original era o emprego vitalício e a possibilidade de progressão na carreira, diferente da lógica do interesse individual utilitarista, mais próximo da retribuição financeira. No entanto, como demonstra Controt (1998), na fase neoliberal do ocidente, a reciprocidade desaparece, e o engajamento é garantido pela coerção representada pela deslocalização das empresas que não atingem determinados patamares de rentabilidade.

Assim, a capacidade de julgamento dos trabalhadores, como pensa Boltanski, é mobilizada para desconstruir o discurso empresarial e explicita a exploração do trabalho, apesar dos novos fetiches da pretensa participação dos trabalhadores.

Situação diferente se coloca no que tem se denominado economia solidária, setor que tem crescido no rastro da exclusão provocada pela fase atual da economia capitalista. Os trabalhadores excluídos da relação assalariada pelo capital se organizam em empresas associativas (não importa a forma jurídica) para obter trabalho e renda. Estas empresas, em geral, têm como propósito a prática da autogestão, sendo que os estudos empíricos demonstram que, no Brasil, a maior parte delas está em situação intermediária entre a autogestão e a heterogestão (VIEITEZ; DAL RI, 2001). No entanto, os referidos estudos mostram também a mobilização de lógicas que resultam na cooperação, no respeito mútuo e na valorização de parceiros de empreitada. Ouvir, ser ouvido, mobilizar a criatividade em benefício do coletivo, abrir mão do excedente para consolidar a empresa, o empenho no trabalho bem feito, etc., são atitudes que fogem do paradigma da ação utilitária.

Assim, parece claro que, da mesma forma que a reificação do mercado fez predominar a lógica da ação utilitária, as experiências negativas com o mesmo, em particular, com o mercado de trabalho, podem abrir espaço para mobilização de outras lógicas presentes na psique humana, que estavam sufocadas pela prática paroxística das relações de mercado .

Certamente, o desfecho do socialismo real, pode ter sido influenciado pela maneira que muitos marxistas tratam estas questões, como foi exposto acima. Efetivamente, construir uma nova sociedade operando no registro da razão utilitária, usando apenas incentivos materiais ou coerção, ao mesmo tempo em que mantém os trabalhadores alienados das decisões, é uma empresa impossível. As críticas de esquerda ao modelo socialista centram-se na questão democrática, o que é fundamental, mas não esgota os problemas. Talvez a intuição de Che Guevara, ainda que de forma voluntarista, como era do seu estilo, tenha na temática da construção do homem novo , se aproximado da necessidade de considerar outras lógicas da ação humana.

3 O QUE NOS ENSINAM AS EXPERIÊNCIAS PASSADAS DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE?

A luta de morte (textualmente) entre os capitais, a partir de suas bases nacionais, desembocou na primeira guerra mundial. Matança nunca vista e provavelmente não imaginada, na época. As massas que no início estavam tomadas pela febre patriótica, foram, paulatinamente, nas trincheiras e retaguarda, com a miséria e sofrimento impostos pelo conflito, compreendendo que eram usadas pelos interesses imperialistas das grandes potências e das classes dominantes. Para tal, contribuiu a ação de militantes dissidentes da 2ª internacional socialista numa permanente campanha antibélica e revolucionária.

Foi no império russo que estes revolucionários tiveram êxito. Os bolcheviques tomaram o poder, principalmente, porque a coalizão que derrubou o Czar não interrompeu a guerra, completamente impopular naquele momento.

A consolidação do novo governo se deu a partir da vitória sobre as forças da reação, estas ajudadas pelos aliados no pós-guerra. A falta de quadros revolucionários, muitos dos quais mortos em combate, o esforço para vencer a guerra civil, a reconstrução da já precária base material, deu curso às tendências autoritárias presentes no regime anterior. Os quadros do partido único no poder, em nome da urgência e eficiência afastaram os soviets da gestão das unidades produtivas e do Estado. O próprio partido bolchevique foi, paulatinamente, restringindo o debate interno, suprimindo o direito de tendência, rompendo a larga tradição de livre discussão presente na sua história.

Seu principal dirigente, Lênin, em geral isentado das responsabilidades da ditadura stalinista, também por ter morrido precocemente nos primeiros anos da revolução, desconfiava da capacidade das massas assumirem o poder (LÊNIN, 1968).

Lênin era eurocentrista, desconfiava do campesinato russo, largamente majoritário na população. Centrava sua preocupação no desenvolvimento industrial da União Soviética, em relação ao qual não se deveriam medir sacrifícios, mesmo que para tal, se tivesse que usar métodos bárbaros contra a Rússia bárbara. (LÊNIN, 1968, p. 34). Manifestou-se também admirador das transformações do trabalho no ocidente, representadas pelo taylorismo, ignorando a potência de alienação dos trabalhadores subjacentes nesta forma de organização da produção.

Este regime burocrático era formalmente centralizado, no qual teoricamente os fatores de produção eram alocados por um único organismo (gosplan) baseado em técnicas aparentemente impessoais. Além disso, este regime era permeado de vazamentos, frutos de arranjos entre agentes dos organismos centrais e operadores microeconômicos (tecnoburocratas que dirigiam as unidades produtivas), mesmo no auge do Estalinismo em que, supostamente, a vontade férrea do iluminado guia dos povos devia ser cegamente seguida (SAPIR, 1990).

Sem a restrição da realização, tudo que era produzido era absorvido pela economia. A penúria de meios de produção era a regra. Desenvolveu-se um mercado de trabalho, uma disputa por trabalhadores que se refletia em aumentos salariais, que por sua vez reforçavam a penúria. No que se referem aos insumos, as dificuldades eram enfrentadas através de arranjos informais entre unidades produtivas, nas quais o crédito interempresas tinha um papel importante.

Pode-se imaginar o reflexo destes comportamentos no plano macroeconômicos. Além da penúria, a desestruturação do plano provocava ajustes permanentes, o encurtamento do cálculo econômico e a subversão da lógica do planejamento.

O sistema de ascensão na carreira burocrática induzia comportamentos oportunistas entre os agentes, na medida em que o julgamento da eficiência era baseado em metas, medidas por volume de produção confrontada com os meios disponíveis. A regra, portanto, era procurar fixar metas abaixo das capacidades e superestimar as demandas de insumos. Buscava-se formar grandes estoques de insumos, mesmo porque qualquer necessidade

suplementar era de difícil e lento atendimento, dada a extensa cadeia de comando. Todos estes elementos apontam para acentuação da penúria.

Muito embora estes desvios provocassem as distorções antes mencionadas, também eram condições de funcionamento da economia. Enquanto o crescimento do aparelho produtivo era a reprodução ampliada baseada num padrão tecnológico que evoluía lentamente, as alternâncias de períodos de rigor com arrefecimento de controles centralizados estabeleciam uma dinâmica regulatória que com fortes doses de coerção, asseguravam o crescimento acelerado do produto.

Por outro lado, o sistema não estimulava a inovação, pois os comportamentos que envolviam algum risco eram desestimulados e o erro punido. As inovações, em geral, se davam nos bens de consumo e eram cosméticas. Estas ensejavam aumentos de preço, o que implicavam em desproporções entre setores, sendo compensadas por ações corretivas do plano.

No período estalinista, nos estágios iniciais da industrialização, era mais fácil identificar as tecnologias a desenvolver, pois o hiato entre a tecnologia existente e a fronteira era menor. Quando avança o processo de catching up, as escolhas são mais complexas e se exige plasticidade e flexibilidade institucional. A ausência de democracia é importante neste aspecto. O livre debate sobre escolhas, erros e acertos, está na base da constituição de instituições favoráveis a inovação (ALBUQUERQUE, 2005).

Temos que considerar também que o plano tem uma inércia conservadora representada por coeficientes técnicos estabelecidos por certo patamar de produtividade (ALBUQUERQUE, 2005). Sua dinamização certamente estaria vinculada ao debate democrático antes referido, além do que os meios de cálculo na época eram precários, a informática não era o forte na União Soviética .

Passado o período no qual Stalin comandou com mão de ferro o país (1953), após um tempo de expectativa de mudança , um golpe burocrático retoma num patamar coercitivo menor, o mundo cinzento e ainda mais letárgico da ordem burocrática.

A corrida armamentista imposta por Reagan mobiliza ainda mais recursos para o setor militar, sempre prioritário na dotação de fatores. O processo de estagnação se acentua e expõe as mazelas do sistema. A cristalização dos privilégios da burocracia acentua a falta de legitimidade do sistema, e, na falta da dura coerção do período estalinista, os trabalhadores se comportam de uma forma cada vez mais negligente no trabalho.

A esperança de alguns setores radicais da esquerda mundial de que esta crise resultasse numa revolução, que completasse a revolução interrompida, com as massas tomando o poder da burocracia, não se realizou. Sem se aprofundar nesta questão, sobre a qual não se tem muitos elementos, pode-se pensar que a dinâmica descrita tem grande responsabilidade pelo rumo dos acontecimentos. A atomização dos trabalhadores, a lógica de empresa que estimulava o corporativismo , a falta de organização e lutas que enfrentassem o governo no

seu conjunto, além do comportamento antes descrito dos gestores que operavam barganhas e tráficos com os diferentes níveis da administração, como consequência das práticas regulatórias antes descritas, resultaram na forma atual de economia de mercado que é algo intermediário entre o comportamento mafioso, a intervenção autoritária do Estado e a economia de mercado, propriamente dita.

Os demais países do leste, que sofreram transformações análogas, com histórias distintas, os regimes burocráticos se instituíram a partir do fim da segunda guerra, quando da divisão do mundo ocorreu de acordo com os interesses das grandes potências vencedoras do conflito. Certamente, cada país tem suas especificidades, com trajetórias particulares, mas que estavam dentro de margens aceitas pela direção soviética. Não nos deteremos na sua análise.

Um país que desde o início teve uma trajetória diferente foi a Iugoslávia. Em primeiro lugar, a resistência iugoslava à ocupação nazista, hegemônica pelos comunistas, teve uma amplitude sem par. Foi constituído um exército que enfrentou os invasores, em várias ocasiões, em verdadeiras batalhas, e não só em ações de guerrilha, como foi o caso nos demais países ocupados. A resistência ocupava e geria porções do território Iugoslavo com administração própria em moldes que prefiguravam a sociedade que os comunistas queriam instituir. Em segundo lugar, os invasores foram vencidos pelo exército da resistência, ao contrário dos demais países, onde foram expulsos pelos aliados no ocidente e exército vermelho no oriente.

Por si só, estes elementos conferiam margens bem mais amplas à direção iugoslava para trilhar caminhos próprios. Não obstante, nos primeiros anos de pós-guerra, o modelo adotado foi próximo do soviético, inclusive com a coletivização compulsória de boa parte das terras cultiváveis e adesão ao mercado comum socialista (Comecon).

Conflitos políticos com a União Soviética a respeito do apoio à revolução grega e na busca de uma articulação econômica própria dos países balcânicos com relativa autonomia em relação à União Soviética, levaram a ruptura com Moscou. A partir daí os iugoslavos desenvolveram modificações no modelo econômico. As unidades produtivas se tornaram autogeridas, mas eram articuladas por um plano centralizado, que operava a partir do sistema bancário oficial.

O sistema bancário canalizava parte dos excedentes das empresas e o redistribuía de acordo com os critérios do plano, sendo a administração das empresas colocadas sob a responsabilidade de um comitê (livremente) eleito pelos trabalhadores, e este tinha margem de manobra sobre parte do excedente da empresa. Embora o comércio externo fosse estatizado, as empresas eram incentivadas a exportar, mediante a livre utilização de parte das divisas. Desta forma “[...] os instrumentos econômicos (preços, crédito e tributação) substituíram as ordens administrativas.” (SAMARY, 1988, p. 15). No entanto, ao contrário dos soviets que apareceram espontaneamente em 1905, a autogestão na Iugoslávia foi instituída por cima.

A autogestão tinha limites que revelavam a necessidade de garantir alguma forma de igualdade na distribuição de renda. Certamente, empresas que tinham situação favorável do ponto de vista tecnológico ou comercial, não se apropriavam integralmente de suas vantagens comparativas. Assim, parte do excedente era redistribuído pelo governo central, com critérios que envolviam preferências setoriais, gastos públicos para bens de consumo coletivo, redistribuição pessoal e regional da renda e construção de infraestrutura (SAMARY, 1988). O problema, segundo Samary (1988), é que as escolhas centralizadas, embora pudessem implicar em igualdade, eram feitas pela equipe dirigente, esta escolhida pelo partido único que monopolizava o poder. Além disso, não existia, no país, liberdade política e livre manifestação de opiniões, assim como o partido era verticalizado sem pluralidade de posições.

Embora este período fosse o de maior crescimento econômico (1953-1964) e de significativa melhoria do nível de consumo das massas, as tensões para uma maior descentralização da economia, tanto no nível das unidades produtivas, quanto das regiões (repúblicas) constitutivas da Iugoslávia, foram muito fortes.

Na ausência de democracia no planejamento e na definição dos objetivos macroeconômicos, a regulação pelo mercado ganha espaço. O próprio discurso dos dirigentes ganha um contorno neoclássico, como é o caso de um dos ideólogos das reformas mercantis, Vladimir Bakaric, que afirma: “Nas leis de 1964, o Estado se desfaz de certas obrigações econômicas, de certos elementos, de seu papel neste domínio para transferi-los à própria economia.” (SAMARY, 1988, p. 165). Vemos que nesta visão a economia é algo desencarnado da sociedade, tem suas próprias leis objetivas, correspondentes à regulação de mercado. Na relação com o mercado internacional, a regra mencionada era a das vantagens comparativas.

Samary (1988) formula a ideia que no primeiro período o plano autocrático sufocava a autogestão, na medida em que este não contava com a participação democrática dos produtores, no momento seguinte é o mercado que oprime a autogestão. Efetivamente, o império das leis de mercado, além de acentuar as assimetrias entre regiões e unidades produtivas, reforça o poder da tecnocracia que conhece os meandros desta forma de regulação econômica, usando sempre as leis objetivas de mercado para fazer valer suas posições. Os comitês de empresa cada vez mais delegavam poderes aos administradores na suposição que a liberdade destes era uma exigência para as respostas rápidas e precisas que garantiam a eficiência e desta forma os interesses das comunidades autogestionárias.

As reações contra o crescimento das desigualdades e o esvaziamento da autogestão vieram, particularmente, dos estudantes e dos intelectuais, reunidos em torno da revista *Práxis*. Estes movimentos apontavam para um aprofundamento da autogestão, da democracia e para limitação do mercado.

As greves operárias pipocavam, mas eram dirigidas contra as direções das empresas, com objetivos pontuais, restritos às unidades produtivas. A preocupação da Liga Comunista

(o partido no poder) que acabasse havendo convergência entre os movimentos operário e estudantil, implicando na contestação de sua direção, levou o regime, de um lado, a reprimir as lideranças estudantis e intelectuais e de outro, a reduzir o alcance das medidas pró-mercado.

A reforma Iugoslava pode ser muito radical na extensão dos mecanismos mercantis porque ela ampliou os direitos de autogestão e das repúblicas, mas ela foi barrada porque estes mecanismos mercantis colocavam em questão a autogestão e agudizavam os conflitos nacionais. (SAMARY, 1988, p. 225).

Samary (1988, p. 225) acrescenta que Tito, liderança incontestada na Iugoslávia, “[...] se apoiando na autogestão, tentará conciliar os direitos descentralizados acrescidos e o reforço do monolitismo do partido.”. Desta forma, Samary (1988) conclui que isto era inconciliável.

Nos anos setenta tenta-se uma retomada da coordenação de conjunto da economia através do planejamento e a criação de instituições como as comunidades de interesse autogestionário que articulavam produtores e consumidores usuários em setores da economia, a começar pelos de consumo coletivo, como por exemplo, a saúde. Era um passo efetivo no sentido do rompimento com a lógica da autogestão restrita à unidades macroeconômicas.

No entanto, o grau de integração ao mercado internacional, inclusive pela participação da Iugoslávia nas migrações (750.000 trabalhadores no exterior) que enviavam divisas para o país, tornou o país vulnerável à crise nos anos 70. Assim, o quadro de crise fortalece os corporativismos regionais e de empresas, principalmente aquelas regiões e empresas que tinham melhores condições de enfrentar as dificuldades. Em particular, as repúblicas tinham ampliado sua autonomia, e as mais ricas preferiam se conectar com o exterior, do que com o resto da federação Iugoslava.

Portanto, as reformas que tinham o objetivo de ampliar a autogestão para outros níveis (além das unidades produtivas), foram se tornando letra morta, diante do ascenso dos diversos chauvinismos e corporativismos. Ainda mais que tanto nas repúblicas como na federação, o poder era exercido burocraticamente e a liberdade de expressão limitada. Como diz Samary (1988), na ausência dos espaços de coordenação democráticos, a preferência dos agentes pelos espaços que eles têm controle (o local) e daqueles que eles pensam equivocadamente poder incidir (o mercado), resultaram na desagregação social e territorial da Iugoslávia.

Outros países nos quais ocorreram processos revolucionários, as evoluções foram diversas, sendo que em alguns casos, como a Coréia do Norte e Camboja, as distorções em relação ao paradigma socialista pensado no século XIX são de tal nível que fica difícil qualificá-los.

Da Europa do Leste já falamos brevemente, de outros países da Ásia, em particular a China, temos a dizer que a mudança em relação ao capitalismo se dá sobre forte controle

do partido comunista e com a manutenção nas mãos do Estado de grande parte dos instrumentos de regulação econômica, com os quais estabelece limites à regulação de mercado. De qualquer forma o traço comum é a ausência de democracia e o monopólio do poder nas mãos do partido único.

A situação de Cuba que por muito tempo, inclusive por razões de sobrevivência, seguiu o modelo burocrático soviético, apesar de existir um grau de protagonismo popular, portanto um grau de burocratização menor tem uma trajetória original. Sua análise foge ao escopo deste texto, que não se propõe a uma análise exaustiva das experiências socialistas.

4 QUAIS AS POSSIBILIDADES PARA UMA SOCIEDADE ALÉM DO CAPITAL?

Vimos que a sociedade capitalista na sua fase atual vive um processo de acirramento das suas contradições intrínsecas nas dimensões econômica, social e ambiental.

As instituições que regularam o sistema no pós-guerra não têm condições de serem reeditadas, porque as escalas são outras e, sobretudo, porque o capital não aceita controles e limites próprios daquela época. A oposição enfrentada pelas tímidas tentativas de colocar controles sobre o sistema financeiro, a volta das políticas de austeridade, num quadro recessivo na Europa, mostra a submissão dos governos aos mercados. Notam-se os primeiros sinais de recuo na construção europeia e da moeda única, o euro. Estas instituições mesmo construídas pelo e funcionando para o capital, são menos regressivas que a contestação xenófoba que se faz delas neste contexto, pela extrema direita. Longe da Europa dos povos desejada e proposta pela esquerda, o que se afirma são os reflexos egoístas e xenófobos. Assim, como vimos, anteriormente, a hipótese de acentuação da barbárie é bastante plausível.

Por outro lado, o desgaste da alternativa socialista, provocada pelo fracasso dos regimes burocráticos, autodenominados socialistas, torna difícil construir uma alternativa autogestionária e radicalmente democrática. A caricatura do socialismo comprometeu a utopia socialista.

As “[...] instituições de controle social não podem ser definidas em detalhe antes de sua articulação prática [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 72) e para tal a sociedade “[...] deve passar por uma emancipação da política do poder do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 73).

Esta emancipação passa entre outras coisas pela afirmação dos direitos da população, independente do mercado (demanda solvável), isto significa manter e ampliar os direitos à saúde e educação, que, aliás, vem sendo contestados pelo capital, que impõe diferenciações entre os usuários destes serviços, em função da renda destes. Os novos direitos em pauta seriam o acesso a um ambiente não poluído, à alimentação saudável, a participação direta na política, o acesso aos meios de comunicação, para comunicar e não apenas para receber as mensagens padronizadas que refletem os interesses dos donos da mídia.

Neste sentido, os movimentos sociais mais que os partidos têm sido protagonistas da recuperação da contestação e da construção de agendas que preservam e avançam nos direitos, contrapondo-se à lógica econômica do capital. Cada vez mais os movimentos sociais percebem que as conquistas parciais, fundamentais para fortalecer o campo popular, são, necessariamente, articuladas com os objetivos estratégicos da transformação social, só assim estariam menos sujeitas a uma reversão, como tem sido o caso do desmonte do Estado de Bem Estar Social.

Dito de outra forma, o verdadeiro processo de reestruturação radical – condição crucial para o sucesso do projeto socialista – só pode progredir se os objetivos estratégicos para supressão radical do capital, enquanto tal, reduzirem consciente e persistentemente o poder de regulação do capital sobre o próprio sócio-metabolismo, em vez de proclamarem como realização do socialismo, algumas limitadas conquistas pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2009, p. 78).

Dá para vislumbrar que um processo desta natureza implica numa sucessão de avanços, eventualmente também recuos, rupturas mais ou menos radicais e profundas com a lógica do capital, que só pode acontecer se um conjunto amplo de lutadores sociais e a maioria da população estejam em processo de conscientização acelerada, não só da necessidade de lutar pelos seus direitos, mas do objetivo histórico da transformação. Ao mesmo tempo tem que estar construindo instituições que garantam seu empoderamento e protagonismo.

Os soviets em 1905, a Comuna de Paris, mais recentemente a luta pela água em Cochabamba, a Comuna de Oaxaca no México, mas também as experiências de orçamento participativo, a vivência autogestionária da economia solidária são exercícios de poder das massas, com maior ou menor engajamento destas, que prefiguram o poder popular direto e protagonista. São ensaios que não levaram a reestruturação radical mencionada por Mézáros, mas que preparam o terreno para tal.

Com caráter mais amplo estão as experiências da Bolívia, Venezuela e Equador, que em graus variados prefiguram uma institucionalidade protagonista para as massas e também uma integração destas no Estado, assumindo parcelas de poder estatal, ao mesmo tempo em que a lógica hegemônica ainda é do capital, com os mecanismos de mercado funcionando, na maioria dos domínios da vida econômica, embora, o mercado tenha perdido alguns espaços para a política. A luta para avançar no processo é feita de avanços e recuos, na qual a burguesia e o imperialismo usam todas as armas a seu alcance (inclusive, as armas no sentido literal) para bloquear e reverter as conquistas dos setores populares. Estes, às vezes, se fragilizam pela sua debilidade política e organizacional. Além da falta de clareza quanto a objetivos e meios.

Estes países para construir um setor da economia que, paulatinamente, vá se ampliando e ocupando o espaço das empresas capitalistas, com uma lógica mista, de um lado competindo no mercado e de outro não tendo como objetivo único o lucro e ao mesmo tempo sua gestão seja compartilhada com os trabalhadores, precisa mobilizar recursos para

investimento, uma espécie de acumulação primitiva socialista, no dizer de Preobrazhenski na União Soviética dos anos 20, ou acumulação solidária, segundo Cruz (2011).

Esta acumulação passaria pelo autofinanciamento das empresas de propriedade social ou solidária ou pela transferência de fundos públicos, estes, baseados numa tributação progressiva, o que distribuiria renda e riqueza ou pelas rendas de recursos naturais. Petróleo no Equador e Venezuela e gás na Bolívia.

Outra questão que desenvolvemos na secção dois, foi a construção das bases psicológicas das práticas alternativas. Uma sociedade que evolui na direção antes mencionada não será baseada no comportamento utilitário. Assim, a compreensão de que existem outras lógicas que informam o comportamento humano é fundamental.

As contradições do capital e seus impactos na vida das pessoas podem torná-las suscetíveis a procurar outras formas de relacionamento (outras relações de produção), nas quais a solidariedade, a plena participação dos produtores (autogestão) sejam pilares de uma nova sociabilidade. A economia solidária, a relação companheira e fraterna presente em muitos movimentos sociais, são brechas criadas na sociedade de mercado reificada, que prefiguram as relações sociais essenciais num processo transformador.

Na economia, as instituições a serem construídas neste processo poderão ser um híbrido de plano e mercado, este regulado pelo controle social. Em primeiro lugar, os espaços de cada uma dessas esferas, bem como a elaboração do plano, devem ser objeto de deliberação coletiva da população, não necessariamente, nos seus detalhes, mas nos seus grandes agregados e diretrizes. (MANDEL apud SAMARY, 1999). Os bens e serviços essenciais (a definição de essencial também seria objeto de deliberação democrática) seriam garantidos a todos com base em recursos alocados pelo plano. A definição dos volumes de produtos intermediários seria consequência, com base na técnica (matriz de insumo e produto), facilitados pela informática. Os bens de consumo não essenciais poderiam ser regulados pelo mercado, respeitando padrões de consumo decididos coletivamente, tendo em vista os limites dos recursos naturais e a preservação ambiental. Os critérios de distribuição poderiam ser associados a preferências individuais .

Para que os indivíduos, realmente, participem e possam se posicionar a respeito das questões mencionadas acima, três elementos são essenciais: a primeira é que os meios de comunicação sejam públicos e garantam a expressão de grupos de opinião (partidos, movimentos, grupos ocasionais, etc.), o segundo, é que diferentes grupos possam acessar especialistas com os quais se identificam (SAMARY, 2002) para articular tecnicamente suas posições e o terceiro é tempo livre para participação no processo decisório, o que seria permitido no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas se a renda gerada fosse distribuída de forma igualitária e os padrões de consumo passassem por uma profunda reestruturação.

A emergência de instituições que regulam outra economia será fruto de uma construção histórica, na qual transformações incrementais se combinam com rupturas, mas também retrocessos, frutos de conjunturas adversas e correlações internas e externas desfavoráveis.

Aos lutadores sociais, aqueles que buscam elevar o nível de consciência das massas e discernir as oportunidades de avançar no processo de construção da nova sociedade, cabem esboçar a agenda que possa

[...] fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ela foi alienada durante tanto tempo, criando por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura determinada genuinamente pela massa de intercâmbios socioeconômicos. (MÉSZÁROS, 2009, p. 90).

Dito de outra forma por Controt (2010, p. 19) trata-se de apoiar-se

[...] sobre o método da utopia realista que consiste a buscar as tendências emancipadoras em curso nos movimentos reais da sociedade e procurar fazê-los avançar. Trata-se de fazer amadurecer a sociedade futura no seio da sociedade, sem esperar, mas buscando acelerar as necessárias rupturas.

As tendências emancipadoras dos vários movimentos têm pontos convergentes, portanto, é necessário compreender que são mutuamente dependentes e que necessitam estabelecer uma agenda comum.

SCHMIDT, Carlos. Economic regulation and social change: discussion about the possibilities of a society beyond capital. *ORG & DEMO* (Marília), v. 13, n.1, p. 5-22, Jan./Jul., 2012.

ABSTRACT: In a level of abstraction comparably smaller than the general laws of economics, there is a set of historically constructed institutions that regulate the economy and interferes with social relations. This paper aims to establish these correspondences in both capitalist and post-capitalist societies, as well as to explore the contradictions in the societies that create transformative potentialities.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. Lições de uma tragédia: limite e contradições do progresso tecnológico n União Soviética. In: PAULA, J. A. (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BENSAID, D. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENSAID, D. Um olhar sobre a história da luta de classes. In: BORON, A.; AMADEO, J. GONZALEZ, S. *A teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

- BOURDET, Y. *Marx y la autogestión*. Cuadernos de Pasado y Presente. Consejos obreros y democracia socialista. México, n. 33, 1977.
- BOYER, R. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.
- CAILLÉ, A. *Théorie anti-utilitariste de l'action: fragments d'une sociologie générale*. Paris: La Découverte, 2009.
- CASTRO, R. A crítica e a Dádiva na Construção do Vínculo Social. *Jornal do M.A.U.S.S.* Versión iberolatinoamericana, mai., 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomaass.org/periodico/?p=920>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- COUTROT, T. *Jalons vers un monde possible: redonner des racines à la démocratie*. Paris: Le Bord De L'eau Éditions, 2010.
- COUTROT, T. *L'entreprise néolibérale, nouvelle utopie capitaliste?* Enquête sur les modes d'organisation du travail. Paris: La Découverte, 1998.
- CRUZ, A. *A acumulação solidária: os desafios da economia associada sob a mundialização do capitalismo*. Estudos cooperativos. Montevideo, 2011.
- HUSSON, M. *Misère du Capital: Une critique néolibéralisme*. Paris: Syros, 1966.
- HUSSON, M. *Où va la crise?* 2011. Disponível em: <<http://hussonet.free.fr/ozlem11.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- LENINE. *Oeuvres Choiesies*, VI. Moscou: Editions du Progrés, 1968.
- LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres: problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LÖWY, M. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LÖWY, M.; BENSALID, D. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MÉZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- POLANYI, K. *A grande transformação: As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SAMARY, C. De l'émancipation de Chacun à l'Intérêt de Tous, et Réciproquement. In: *Propriétés et pouvoirs*. Paris: Contretemps, 2002. n. 5.
- SAMARY, C. Mandel et les problèmes de la transition au socialisme. In: ACHCAR G. (org.). *Le marxisme de Ernest Mandel*. Paris: PUF, 1999.
- SAMARY, C. *Le marché contre l'autogestion: L'expérience Yougoslave*. Paris: La Brèche, 1998.
- SAPIR, J. *L'économie mobilisée*. Paris: La Découverte, 1990.
- VIEITZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de auto-gestão*. Rio de Janeiro: DP&A: FINEP, 2001.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Encaminhado em: 04/04/2012

Aprovado em: 02/05/2012